

# Minha ciência e sua epistemologia

Lorismario E. Simonassi

Professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás

A crítica de Drawin (1985) é pertinente, porém, não é contundente. Pertinente, porque chama a atenção dos pesquisadores para o possível fato de serem controlados pelos pressupostos que orientam sua pesquisa. Daí decorre que é possível os pressupostos determinarem como os resultados serão analisados, ou ainda, a forma do discurso.

Não é contundente, porque ignora o que de mais significativo existe em um experimento: os dados. Em raros momentos o professor Drawin faz alusão aos dados contidos na pesquisa. Isto não é de se estranhar, porque todos nós estamos sob controle de certas contingências específicas. Caso a crítica tivesse partido de um experimentalista, certamente a ênfase seria em relação aos dados. Como foi feita por um filósofo, é de se esperar que a ênfase tenha sido sobre os pressupostos. Isto serve para ilustrar que a *minha ciência* não é a *sua ciência*, ou seja, estamos sob controle de partes específicas dos eventos a que so-

mos expostos. Dito coloquialmente, a minha ciência — como foi designada — foi criticada pelos *seus pressupostos*.

Acho, no entanto, que não poderia ser de outra forma, uma vez que Drawin parece não ter experiência em análise de dados. Quanto à questão de os dados confirmarem a hipótese, há dois pontos a serem considerados: um diz respeito aos dados e a hipótese e o outro, às teorias e aos postulados. Parece que a hipótese foi indicada como simples, pelo menos por dois motivos. Porque poderia ser testada e

porque a linguagem era objetiva e, por questões conceituais, determinadas pelos pressupostos. O progresso científico não é linear e nos mostra como as hipóteses e os pressupostos são interdependentes. Avanços e recuos são comuns nas chamadas disciplinas científicas. É preciso, no entanto, estar atento para que os avanços e recuos sejam determinados pelos fatos. A questão da simplicidade da hipótese não a invalida. Pelo contrário, a fortalece. Fortalece porque, ao contrário do que muitos pensam, é dever da ciência simplificar e não complicar. O que não é admissível na análise crítica do artigo é que seja feita apenas à luz de pressupostos específicos de uma única filosofia.

Pertinente às teorias e aos postulados, observa-se que a ciência tem progredido apoiada grandemente em teorias que se sustentam em postulados básicos. Para citar apenas um exemplo, vejamos o caso do Darwinismo. Para garantir o funcionamento da sua teoria, Darwin necessitava de *princípios de variações e da seleção*

---

Publicado no número 2/84, o artigo *Causação do comportamento humano*, de Lorismario E. Simonassi e outros, deu origem a uma réplica escrita por Carlos Roberto Drawin e publicada no número 1/85 com o título *Considerações sobre os pressupostos de uma experiência: contração epistemológica*. Agora Lorismario E. Simonassi responde com uma tréplica à réplica de Carlos Roberto Drawin. O autor desta tréplica agradece ao prof. Mário Q. Barreto pelas sugestões dadas.

---

*natural* para conceber a evolução das espécies. Darwin não tinha conhecimentos de genética — afirma-se que ele não conhecia as leis de Mendel (Thuiller, 1981) —, para explicar como ocorriam tais mecanismos de variação. Aparentemente, deveria haver pressupostos — nada surge do nada — sobre os quais ele se apoiou e que poderiam ter dado a impressão de que tudo havia sido “esquemmatizado para que desse certo, conforme os pressupostos” — na linguagem de Drawin, “o artilheiro estava armado” — (p. 23).

Entretanto, o ponto crucial e que determinou a validação do Darwinismo neste aspecto, como ele é hoje, não foi a “esquemmatização para que desse certo”, porém a descoberta muito tempo depois do ADN. Hoje, tem-se idéias muito claras do que Darwin chamou de “variações”. Idéias sustentadas por fatos que deveriam ser responsáveis pelas modificações de sua teoria de evolução, caso os dados assim o determinassem.

Desejo ainda observar que, estranho seria se os dados apontassem em uma direção e fossem analisados noutra. Se os dados agradam ou não, isto é outra questão que não cabe aqui ser analisado.

Em relação ao contraponto como um todo, é necessário observar como o discurso foi astuciosamente preparado com o fim de desviar a atenção do leitor para o artifício retórico. Por exemplo, não há preocupação alguma do filósofo-psicólogo em explicitar quais são suas premissas (deixa claro apenas contra quem ele se posiciona). Elas permanecem ocultas fazendo-me recordar de Pavlov (1980), quando afirmou parecer que os psicólogos “fazem questão de manter sua disciplina inexplicada. E isto é muito estranho! É do misterioso que eles gostam...” (p. 127). Esta afirmativa foi pronunciada numa época em que a psicologia lutava contra os psicologismos tão comuns de então. Será que devemos abandonar o método experimental e voltar ao passado?

A posição assumida por Drawin dá uma sensação de análise profunda e leva o leitor a imaginar que ele analisou o artigo independentemente de suas predileções. Isto não é verdade. Todos nós temos as nossas. Assim sendo, a mesma crítica aplica-se ao crítico.

Ainda relativo aos resultados (uma das poucas referências existentes) há uma enorme confusão feita pelo filósofo-psicólogo com relação

ao tipo de explicação que foi dada. Os juízes não deram explicações nem behavioristas nem psicanalistas nem gestaltistas nem cognitivistas nem quaisquer outros *istas*. Deram simplesmente explicações que foram enquadradas em três categorias por outras pessoas que nada sabiam sobre o experimento. As explicações faziam referências à história passada, à situação presente ou a nenhuma das duas. E os resultados mostraram que os relatos dependeram da história dos juízes. Aqueles que tinham acesso à história relataram a história, os que não tinham, não relataram. Portanto, os resultados foram determinados pelas manipulações experimentais e não pelos pressupostos. Nenhum juiz sem acesso à história fez referência à história passada, assim como os que tiveram acesso à história referiram-se sempre ao passado. Porém, para Drawin, isto não importou, porque os dados foram meros acessórios insignificantes. O que importou foi a sua preocupação contra certo tipo de filosofia.

Regressando aos pressupostos, vez que eles não foram explicitados e que desejo referir-me ao comportamento de escolha e às “questões de liberdade” (pág. 24), começo a imaginar que os dados do experimento não estão consoantes com os pressupostos de escolha e liberdade do professor Drawin. No artigo em questão (Simonassi e col. 1984), diz-se ao final que é possível estudar o milenar e filosófico tópico do problema da liberdade, usando-se o *procedimento* de escolha (diga-se de passagem, que isto pode ser feito com quaisquer pressupostos). Para isto é necessário apenas que o termo liberdade seja reconceituado. Aí, então, independentemente de quaisquer que sejam nossas predileções filosóficas, é possível que sejam dadas respostas claras sobre escolha e liberdade. Não é necessário que tais respostas estejam de acordo com nossa história de vida, mas sim que devem ser dadas com base na experimentação e não em proselitismos acadêmicos.

Quanto à questão das ciências do homem (pág. 24), não há dúvida de que são ciências humanas (estranho seria se, estudando organismos humanos, a ciência fosse de infra-humanos) quero tornar minhas as palavras de Gomes (1984) no seu *Modelo Galileano de Ciência e a Psicologia* ao afirmar que:

“A ninguém se pode proibir de

usar as metodologias herdadas da tradição antiga e medieval, de falar em “vivências íntimas, acessíveis apenas a quem as vive” ou algo assim. Em particular, não se pode chamar de “sem sentido” a uma psicologia construída em tais moldes. Quanto muito, pode-se apenas apontar para uma inevitável consequência de tal postura: adotá-la implica afirmar que entre as ciências naturais e as humanas há um abismo intransponível”.

Um ponto de fundamental importância e que o crítico confunde é ao insinuar por tabela que o behaviorismo radical negligencia os aspectos simbólicos do comportamento. O engano está em pensar que os chamados eventos simbólicos mediadores estudados pelos cognitivistas não podem ser tratados de outra forma. Para esclarecimento seria interessante recorrer aos estudos sobre o comportamento verbal na literatura da Análise Experimental do Comportamento. Talvez esteja aí a raiz de uma boa parte do mal-entendido. Para entender claramente a posição behaviorista em seus aspectos filosóficos, é preciso recorrer aos volumes do periódico *Behaviorismo* onde são encontrados esmiuçados todos os seus aspectos filosóficos.

O behaviorismo radical tem sido classificado de inúmeras maneiras, dependendo dos desejos dos críticos. Até como epifenomenalista o behaviorismo radical foi classificado (Creel, 1980) porém, afirmar que ele ignora o simbolismo, é como confundir Skinner com Marx. Um erro lamentável.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Creel, r. (1980). Radical Ephenomenalism: B.F. Skinner's account of private events. *Behaviorism*, 8, 3153.

Drawin, C.R. (1985). Considerações sobre os pressupostos de uma experiência: constrição epistemológica. *Psicologia Ciência e Profissão*, 1, 22-25.

Gomes, N.G. (1984) Problemas conceituais e metodológicos do behaviorismo — o modelo galileano de ciência e a psicologia. *Anais da XIV Reunião Anual de Psicologia*, outubro, 23-26.

Pavlov, I.P. (1980). *Crítica da Psicologia da Gestalt*. Coleção os Pensadores. Abril Cultural. São Paulo.

Simonassi, L.E.; Santos, A.C. e Pires, M.C. (1984). Causação do Comportamento Humano: Acesso à história passada como determinante na explicação do comportamento humano. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2, 16-23.

Thuiller, P. (1981). *O Darwinismo Hoje*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.